



**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Nº 12417**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nº 1-03/23

Demonstrações Financeiras em 31/DEZ/22



CONSULT AUDITORES

Curitiba, 16 de março de 2023

Aos
Diretores e aos Administradores da
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Rio de Janeiro - RJ

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/22.

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA



CONSULT AUDITORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e aos Administradores da
Casa da Moeda do Brasil -CMB
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa da Moeda do Brasil - CMB ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa da Moeda do Brasil - CMB em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

PIS e COFINS – Indeferimento de Tutela

Conforme descrito na nota 28.2, em 08 de junho de 2021, a Justiça Federal do Distrito Federal proferiu, nos autos do processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, 14ª VFDF, decisão indeferindo o pedido de tutela antecipada para que a Empresa mantivesse a utilização do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração do PIS/PASEP e da COFINS. Contra essa decisão, a Empresa interpôs o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000.



CONSULT AUDITORES

Considerando a complexidade do caso e a dificuldade de estimar a probabilidade de recuperabilidade dos valores registrados no ativo, a administração entendeu que era necessário constituir perda estimada de todos os valores ora constituídos, porém mantendo o regime de não-cumulatividade, até que se tenha uma decisão final das esferas competentes.

Acordo de leniência com as empresas SICPA e CEPTIS

Conforme descrito na nota 28.1, a Empresa figura como beneficiária do Acordo de Leniência, celebrado entre a União Federal e as empresas CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. e SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, firmado no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.003728/2016-79, conduzido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Nos termos do acordo, foram destinados R\$ 680.640 mil à CMB, sendo R\$ 188.948 mil recebidos em 2021, mediante a compensação de créditos (R\$ 52.343 mil) e a recuperação de depósitos judiciais efetuados no processo judicial nº 5051577-93.2019.4.02.5101 (R\$ 136.604 mil), e o saldo parcelado em 20 anos com correção pela taxa selic. O valor destinado à Empresa foi contabilizado no resultado do 2º trimestre de 2021, sem reflexos tributários, sob interpretação de se tratar de evento indenizatório.

Provisões para passivos contingentes

Conforme se observa na nota 19, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R\$ 285.748 mil) no contexto das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Empresa registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Empresa divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa,



CONSULT AUDITORES

e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



CONSULT AUDITORES

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;



CONSULT AUDITORES

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de março de 2023.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

Demonstrações
Financeiras
2022



CASA DA MOEDA
DO BRASIL



Sumário

01	BALANÇO 2022.....	3
02	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2022	6
03	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2022	8
04	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022.....	11
05	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 2022	13
06	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 2022	15
07	NOTAS EXPLICATIVAS 2022	18

01

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - Ativo

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

ATIVO		31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	NOTA	1.336.849	1.212.709
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4)	646.286	660.962
BANCOS CONTA MOVIMENTO		67	405
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		646.219	660.557
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		381.659	272.220
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	121.639	49.744
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉD. LIQ. DUVIDOSA	(5.4)	(59)	(59)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	118.669	163.348
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(6.1)	5.078	5.190
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7)	18.210	9.255
OUTROS VALORES A RECEBER	(5.7)	118.122	44.742
ESTOQUES	(8)	308.487	279.288
PRODUTOS ACABADOS		89.339	116.261
PRODUTOS EM PROCESSO		20.891	15.906
MATÉRIA-PRIMA		167.272	118.708
ALMOXARIFADO		30.916	28.012
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		69	401
DESPESAS ANTECIPADAS		417	239
NÃO CIRCULANTE	NOTA	1.299.865	1.300.452
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		826.239	793.771
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	59.791	62.884
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(5.4)	(40.398)	(44.325)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	224.382	217.840
(-) PERDA ESTIM CRÉD SERV A FATURAR	(5.4)	(92.592)	(99.543)
VALORES A RECEBER EC 93/2016	(5.3)	311.015	311.015
(-) PERDA ESTIM CRÉD SERV EC 93/2016	(5.4)	(311.015)	(311.015)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7)	860.429	850.510
(-) PERDA ESTIMADA C/PIS E COFINS SOBRE INSUMOS	(7)	(770.265)	(743.112)
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(20)	75.327	64.848
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	470	470
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	(470)	(470)
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.8)	509.565	484.669
INVESTIMENTOS		502	497
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS		1.670	1.670
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS POR INCENT. FISCAIS		(1.659)	(1.664)
OBRAS DE ARTE		491	491
IMOBILIZADO TÉCNICO	(11.1)	469.417	501.534
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.503.609	1.492.493
(-) DEPRECIAÇÕES		(1.030.196)	(988.934)
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)		(18.453)	(21.173)
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		1.759	5.906
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		12.698	13.242
INTANGÍVEL	(11.2)	3.707	4.650
TOTAL		2.636.714	2.513.162

Balanço Patrimonial - Passivo

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

PASSIVO		31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	NOTA	422.449	499.824
FORNECEDORES	(12.1)	185.591	125.874
EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(13.a)	20.253	17.299
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	(14)	7.680	5.882
DIVIDENDOS A PAGAR	(14.a)	5.546	7.178
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15)	11.563	11.319
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(17)	69.142	132.592
PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(18)	71.024	143.294
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(13.b)	46.665	46.884
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	4.985	9.502
NÃO CIRCULANTE	NOTA	582.881	404.293
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(25)	39.498	48.722
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15)	14.526	13.676
PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS	(19.1)	285.748	52.131
PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(18)	242.220	284.833
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	889	4.931
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	1.631.384	1.609.046
CAPITAL SOCIAL	(21)	1.360.678	1.360.678
RESERVAS DE LUCRO	(21)	270.706	248.368
RESERVA LEGAL		21.256	20.088
RESERVA PARA INVESTIMENTOS		230.249	213.611
RESERVA ESPECIAL		-	14.292
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(25)	19.201	377
RESULTADO DO PERÍODO	(21)	-	-
TOTAL		2.636.714	2.513.162

02

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO**

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS (22.1)	1.337.735	1.156.040
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS (22.2)	(864.832)	(807.002)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	472.903	349.038
IV - DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS (22.c)	(563.358)	(337.967)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(314.856)	(264.453)
DESPESAS COM PESSOAL	(241.092)	(194.896)
DESPESAS COM MATERIAIS	(17.393)	(15.329)
DESPESAS COM SERVIÇOS	(47.106)	(43.290)
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(9.265)	(10.938)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(30.342)	(726.519)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS - LÍQUIDAS	(218.159)	653.005
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(90.455)	11.071
VI - RESULTADO FINANCEIRO (22.4)	113.807	19.154
RECEITAS FINANCEIRAS	156.812	43.625
DESPESAS FINANCEIRAS	(43.005)	(24.471)
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	23.352	30.225
VIII - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA (16.0)	-	-
IX - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (16.0)	-	-
X - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	23.352	30.225

03

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

MÉTODO INDIRETO		
DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO	23.352	30.225
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:		
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(10.878)	13.503
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS	27.152	724.557
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	(5)	(100)
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	43.496	47.160
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	(2.721)	11.823
PERDA ESTIMADA COM ESTOQUES	(1.425)	(7.071)
PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS	759	
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	233.617	6.725
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	313.347	826.822
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(68.802)	(35.342)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	38.136	(53.565)
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	112	(2.490)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(18.873)	88.401
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	(10.479)	12.744
OUTROS CRÉDITOS	(74.139)	(16.993)
ESTOQUES	(27.773)	32.236
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	(178)	1
TOTAL DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(161.996)	24.992
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
FORNECEDORES	(55.165)	(156.793)
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.954	1.961
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	1.798	2.206
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.095	(326)
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(219)	8.950
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	9.599	(36.417)
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(63.450)	(23.424)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(8.559)	(13.570)
TOTAL DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(111.947)	(217.413)
CAIXA LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	39.404	634.401
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	(24.895)	(482.335)
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DE ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	(7.715)	(18.026)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(32.610)	(500.361)

MÉTODO INDIRETO

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
DIVIDENDOS PAGOS	(21.470)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(21.470)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(14.676)	134.040

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA

DESCRIÇÃO	R\$	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	660.962	526.922
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	646.286	660.962
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(14.676)	134.040

04

**DEMONSTRAÇÃO
DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 01/01/2021	1.360.678	18.577	192.075	14.292	(5.654)	-	1.579.968
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	30.225	30.225
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	1.511	-	-	-	(1.511)	-
3. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-	-	(7.178)	(7.178)
4. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE INVESTIMENTO:	-	-	21.536	-	-	(21.536)	-
5. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	6.031	-	6.031
SALDO EM 31/12/2021	1.360.678	20.088	213.611	14.292	377	-	1.609.046
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	23.352	23.352
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	1.168	-	-	-	(1.168)	-
3. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS:	-	-	-	(14.292)	-	-	(14.292)
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-	-	(5.546)	(5.546)
5. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE INVESTIMENTO:	-	-	16.638	-	-	(16.638)	-
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	18.824	-	18.823
SALDO EM 31/12/2022	1.360.678	21.256	230.249	-	19.201	-	1.631.384

05

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.352	30.225
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	18.824	6.031
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	42.176	36.256

06

**DEMONSTRAÇÃO
DO VALOR
ADICIONADO**

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício de 2022 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
1 - RECEITAS	1.352.273	1.144.130
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.347.540	1.180.640
1.2) Outras Receitas	183	169
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	10.878	(13.503)
1.4) Deduções de Vendas	(6.328)	(23.176)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	785.107	1.326.621
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	560.419	537.243
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	201.686	68.351
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	23.002	721.027
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	567.166	(182.491)
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	43.496	47.160
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	523.670	(229.651)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	181.963	725.402
6.1) Receitas financeiras	156.575	43.493
6.2) Dividendos	236	131
6.3) Outras Receitas	25.152	681.778
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	705.633	495.751

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	705.633	495.751
8.1) Pessoal	550.182	367.368
8.1.1 - Remuneração direta	453.619	284.576
8.1.2 - Benefícios	74.855	64.187
8.1.3 - F.G.T.S.	21.708	18.605
8.2) Impostos, taxas e contribuições	90.265	72.088
8.2.1 - Federais	87.264	70.191
8.2.2 - Estaduais	1.862	1.609
8.2.3 - Municipais	1.139	288
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	41.835	26.070
8.3.1 - Juros	39.650	23.712
8.3.2 - Aluguéis	2.185	2.358
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	23.351	30.225
8.4.1 - Dividendos da União	5.546	7.178
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	17.805	23.047

07

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2022

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB, conforme a Lei nº 5.895/73, é uma Empresa pública federal não dependente de recursos da União, vinculada ao Ministério da Economia, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e capital social totalmente pertencente à União.

A empresa tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com escritório na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília – DF, CEP 70.040-906, sendo o seu complexo industrial situado à Rua René Bittencourt, 371, Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, o qual possui como principais atividades a produção de cédulas, moedas de circulação e comemorativas, medalhas, distintivos e comendas, passaportes, certificados, cartões inteligentes e documentos de identificação, selos postais e selos fiscais com rastreabilidade, além de inúmeros outros produtos gráficos de segurança.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2023.

1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto de continuidade operacional e são apresentadas conforme as diretrizes fixadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que a entidade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em 31 de dezembro de 2022 em moeda corrente nacional (milhares de reais) em conformidade com a lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, bem como em aderência às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Cita-se que houve alteração nas práticas contábeis relativas ao tratamento do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no exercício de 2022, conforme Fato Relevante esclarecido na NOTA 28.3 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, deduzindo as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos segundo os prazos originais das contas a receber. O registro da PECLD é realizado no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Os custos indiretos de produção fixos são aqueles que permanecem relativamente constantes, independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas, equipamentos e ativos de direito de uso utilizados no processo de produção e o custo de gestão e de administração da fábrica.

Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão de obra indireta.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB que não é obrigada à elaboração de demonstrações consolidadas, alinhando-se, assim, à exceção do item 17 do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, concomitante com o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual e as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens é iniciada a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. *Software* e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

(i) Provisões e Contingências

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; seja provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e possa ser feito uma estimativa confiável do valor da obrigação. Tais valores incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e

ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e segue as diretrizes consolidadas em norma interna sobre o tema. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativos.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais deve ser reconhecido à medida que for provável que no futuro ocorra lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados. Dessa forma, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não é reconhecido.

(k) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa Scorpions, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CAIXA/CONTAS CORRENTES	67	405
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a.1)	646.219	660.557
TOTAL	646.286	660.962

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da empresa.

(a.1) – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2022		31/12/2021	
	VALORES (EM R\$ MIL)	TAXA DE RENTABILIDADE NO ANO	VALORES (EM R\$ MIL)	TAXA DE RENTABILIDADE NO ANO
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAMERCADO)	646.219	11,8564%	660.557	2,6683%
TOTAL	646.219		660.557	

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância na referida Resolução.

A redução do saldo está associada a manutenção operacional da empresa.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS

5.1 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Apresenta-se, a seguir, a composição do saldo a receber de clientes até a data de 31 de dezembro de 2022:

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	40.892	49.744
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - AC	80.747	-
Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)	121.639	49.744
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	15.478	15.478
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	12.217	11.898
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236	26.236
Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	408	3.819
Duplicatas a Receber - Selo Digital Parceria Pharos - ANC	5.452	5.453
Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)	59.791	62.884
SUBTOTAL (AC + ANC)	181.430	112.628

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. Nesse contexto, não foram efetuados ajustes a valor presente do saldo de contas a receber, tendo em vista que o efeito econômico de tais ajustes seria irrelevante para o adequado entendimento das demonstrações.

O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de um exercício transferidos do Ativo Circulante.

O saldo de Clientes apresenta variação de R\$ 68.802 mil, evidenciada a seguir:

(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante

A variação positiva de R\$ 71.895 mil decorre, principalmente, pela redução de R\$ 25.406 mil, devido a reclassificação do Contas a Receber do Acordo de Leniência para Outros Valores a Receber, por melhor classificação, concomitante com o aumento de R\$ 80.747 mil referente a vendas para o exterior e R\$ 16.554 mil referente a vendas de passaportes para o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.

(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante

A redução de R\$ 3.093 mil refere-se ao aumento de R\$ 318 mil, devido a variação cambial de vendas para o exterior, e a redução de R\$ 3.411 mil, devido à baixa do saldo de Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos – ANC, após a conciliação dos recebimentos oriundos do período de dezembro de 2020 a junho de 2022 com base na Portaria MF nº 480/2018.

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
Selo Digital - Parceria Pharos – AC	96.143	133.357
Selo Físico - Parceria Pharos – AC	22.526	29.991
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC	118.669	163.348
Programa Sicobe – ANC	165.100	165.100
Programa Scorpions – ANC	12.693	12.693
Parceria Pharos – ANC	46.589	40.047
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC	224.382	217.840
SUBTOTAL (AC + ANC) (a.1)	343.051	381.188

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

Destaca-se que a segregação da rubrica busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato.

Em razão da DRU, o reconhecimento foi integralmente baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa Scorpions e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros nos Selos Físicos.

As principais variações da rubrica, de R\$ 38.137 mil, referem-se, além do reconhecimento das leituras mensais, à conciliação dos recebimentos oriundos do período de dezembro de 2020 a junho de 2022 com base na Portaria MF nº 480/2018, sendo R\$ 37.214 mil relativos à “Selo Digital - Parceria Pharos - AC” e R\$ 7.465 mil à “Selo Físico - Parceria Pharos – AC”, e à transferência de R\$ 6.542 mil para o Ativo não Circulante de valores não identificados após a conciliação dos registros de ativação de selos.

5.3 – VALORES A RECEBER EC 93/2016

VALORES A RECEBER EC 93/2016	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
Valores a Receber EC 93/2016 – ANC	311.015	311.015
SUBTOTAL	311.015	311.015

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e não apresentou variação no período.

5.4 – PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para reconhecimento das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), para os créditos acima de 180 dias, o saldo integral de Clientes inadimplentes e o saldo líquido de Serviços Executados a Faturar, sendo este último deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar, com base no método da taxa de juros efetivos, não é aplicado nestas obrigações, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

Não obstante à constituição das PECLD, a Administração deliberou, para os casos em que possui titularidade do crédito, manter o ajuizamento das ações pertinentes aos Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber – Envasadores, conforme definido em plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos, na tentativa de afastar eventual pronunciamento de prescrição.

(a) PECLD – Clientes Comerciais

PECLD - CLIENTES COMERCIAIS (a)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(59)	(59)
Subtotal – AC	(59)	(59)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(15.478)	(15.478)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(12.217)	(11.898)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(9.569)	(10.403)

(-) PECLD - Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	(408)	(3.820)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Selo Dig Parceria Pharos - ANC	(2.726)	(2.726)
Subtotal – ANC	(40.398)	(44.325)
SUBTOTAL	(40.457)	(44.384)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO – 2022		(3.927)

O efeito no resultado de R\$ 3.927 mil se deve, basicamente, à redução de R\$ 833 mil da “PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC”, conforme relatório 03/2021 da auditoria interna, e aos acréscimos de R\$ 318 mil de “PECLD – Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior – ANC”, referente à variação cambial, e R\$ 3.411 de “Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos – ANC”, após a conciliação dos recebimentos oriundos do período de dezembro de 2020 a junho de 2022 com base na Portaria MF nº 480/2018.

(b) PECLD – Serviços a Faturar

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR (b)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe - ANC	(60.490)	(66.865)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpios - ANC	(8.808)	(12.656)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(23.294)	(20.022)
Subtotal – ANC	(92.592)	(99.543)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO – 2022		(6.951)

Com relação à PECLD de Serviços a Faturar, a CMB aplica a proporcionalidade dos valores acordados contratualmente de repasses à prestadora sobre os saldos de inadimplentes para Envasadores e Fumageiros. A variação de R\$ 6.951 mil se deve, basicamente, à redução de R\$ 6.376 mil da “PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe – ANC” e R\$ 3.847 mil da “PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpios – ANC”, conforme relatório 03/2021 da auditoria interna, e do aumento de R\$ 3.271 mil da “PECLD – Serviços Executados a Faturar – Parceria Pharos – ANC” após a conciliação dos recebimentos oriundos do período de dezembro de 2020 a junho de 2022 com base na Portaria MF nº 480/2018.

(c) PECLD – Valores a Receber EC 93/2016

PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.015)	(311.015)
SUBTOTAL	(311.015)	(311.015)

Com relação à PECLD sobre os Valores a Receber EC 93/2016, a CMB regulamentou internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018, definindo os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais.

Cabe destacar que o valor de R\$ 311.015 mil se refere à aplicação da EC 93/2016, instituído em setembro de 2016 com efeitos retroativos a janeiro do mesmo período.

5.5 – CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Contas a Receber Bruto”, “Serviços Executados a Faturar Bruto” e “Valores a Receber EC 93/2016” deduzidos das respectivas PECLD.

(a) Contas a Receber Líquido

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	121.639	49.744
(-) PECLD - AC	(59)	(59)
Subtotal – AC	121.580	49.685
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	59.791	62.884
(-) PECLD - ANC	(40.398)	(44.325)
Subtotal - ANC	19.393	18.559
TOTAL	140.973	68.244

(b) Serviços Executados a Faturar Líquido

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	118.669	163.348
Subtotal – AC	118.669	163.348
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	224.382	217.840
(-) PECLD - ANC	(92.592)	(99.543)
Subtotal - ANC	131.790	118.297
TOTAL	250.459	281.645

(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido

VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.015	311.015
(-) PECLD - ANC	(311.015)	(311.015)
TOTAL	-	-

5.6 – AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016

Apresenta-se a distribuição dos saldos a receber por prazos de vencimento, considerando os saldos de “Contas a Receber Bruto” deduzidos das respectivas PECLD, conforme item 5.4:

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)				
	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 31/12/2022
CLIENTES	57.208	64.371	1	59.850	181.430
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	-	-	(1)	(40.456)	(40.457)
SUBTOTAL	57.208	64.371	-	19.394	140.973
SERVIÇOS A FATURAR	-	92.948	25.721	224.382	343.051
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	-	-	-	(92.592)	(92.592)
SUBTOTAL	-	92.948	25.721	131.790	250.459
VALORES A RECEBER EC 93/2016	-	-	-	311.015	311.015
PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	-	-	-	(311.015)	(311.015)
SUBTOTAL	-	-	-	-	-
TOTAL	57.208	157.319	25.721	151.184	391.452

5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CONTAS A RECEBER DE LENIÊNCIA (a)	28.192	-
CRÉDITOS DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS (b)	18.990	-
DEPÓSITOS E CAUÇÕES (c)	2.006	323
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL (d)	4.281	2.936
(-) PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS (d)	(759)	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (e)	77.112	53.183
(-) PERDA ESTIM OUTROS CREDITOS A RECEBER (e)	(11.700)	(11.700)
TOTAL	118.122	44.742

(a) Contas a Receber de Leniência

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CONTAS A RECEBER DE LENIÊNCIA (a)	28.192	-
TOTAL	28.192	-

O valor de R\$ 28.192 mil se refere à transferência do saldo de Contas a Receber de Leniência do não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores no vencimento previsto no acordo. Em 31/12/2021 a rubrica estava registrada no grupo de “Duplicatas a Receber” e, tendo em vista uma melhor contabilização, está sendo classificada no grupo de “Outras Contas a Receber”.

(b) Créditos Decorrente de Ações Judiciais

CRÉDITOS DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
TRIBUTÁRIO	15.012	-
CÍVEL	3.978	-
TOTAL	18.990	-

O valor de R\$ 18.990 mil se refere à constituição de créditos decorrente de ações judiciais as quais há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, sendo assim classificados como Ativos, conforme explicitado na Nota 28.3 - CONTINGÊNCIAS.

O valor relativo a crédito tributário refere-se à recuperação de IPI sobre bilhetes magnetizados, enquanto as cíveis envolvem créditos decorrentes da cessão de empregados.

(c) Depósito e Cauções

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
DEPÓSITOS E CAUÇÕES (c)	2.006	323
TOTAL	2.006	323

O valor de R\$ 2.006 mil corresponde à depósito em garantia referente à exigência licitatória internacional da área comercial.

(d) Créditos por Cessão de Pessoal

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CIFRAO - FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA DA CMB	54	45
AGU - ADVOCACIA GERAL UNIÃO_COORDENACAO	520	467
MP - MINISTÉRIO DO PLAN. DESENV E GESTÃO	-	49
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	65	36
MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	200	156
TRF - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIAO	267	263
IBGE INSTIT. BRAS. DE GEOGR. ESTATÍSTICA	48	39
UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ	378	383
IFRJ - INST. FED. EDUC. CIENC. E TECN. DO RJ	408	408
ME - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	70	56
UFSJ - UNIVERSID. FED. SÃO JOÃO DEL REI	103	83
SENACON - SECRETARIA NACION. CONSUMIDOR	291	267
SENAJUS - SECRET. NACIONAL DE JUSTIÇA	25	45
INT - INST. NAC. DE TECNOLOGIA	82	36
MJSP - MINISTÉRIO JUSTIÇA SEG. PÚBLICA	55	45
FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	65	73
CNEN - COMISSÃO NAC. DE ENERGIA NUCLEAR	159	144
ANP - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO	156	56
MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE	34	56
FUNARTE - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	271	-
INPI - INST NACIONAL DA PROP INDUSTRIAL	41	33
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	798	-
ME - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	36	28
CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	21	15
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	35	68
MT - MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES	66	46

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
SUSEP - SUPERINT. SEGUROS PRIVADOS	32	39
SUBTOTAL	4.281	2.936
(-) PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS	(759)	-
TOTAL	3.522	2.936

A CMB, desde 2019, intensificou a utilização da cessão de funcionários a outras entidades públicas federais, estaduais ou municipais para a redução dos gastos com pessoal, sem prejuízo ao desenvolvimento profissional de seus empregados.

O saldo da rubrica "Créditos por Cessão de Pessoal" representa o montante de ressarcimento devido pelos órgãos cessionários em 31 de dezembro de 2022, sendo composto pela integralidade do custo do pessoal cedido. A variação se deve à cessão de novos funcionários.

O valor de R\$ 759 mil corresponde à Perda Estimada com Funcionários Cedidos de Órgãos que não realizaram o devido reembolso das verbas salariais e seus respectivos encargos sociais desses cedidos. A CMB vem atuando para a recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

(e) Outros Créditos a Receber

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	64.928	41.038
RECOMPRA DE SELOS FÍSICOS - SRF	11.700	11.700
OUTROS CRÉDITOS	484	445
TOTAL	77.112	53.183
(-) PERDA ESTIMADA COM RECOMPRA SELOS FÍSICOS	(11.700)	(11.700)
TOTAL	65.412	41.483

As principais variações na rubrica ADIANTAMENTO A FORNECEDORES referem-se as importações para a aquisição de papel filigranado destinado à confecção de passaporte (HID GLOBAL CID SAS), e aquisição de peças e manutenção para o Departamento de Cédulas (Koenig & Bauer Banknote), concomitante com as compensações financeiras do exercício, após conciliação dos recebimentos.

O valor da rubrica RECOMPRA DE SELOS - SRF, refere-se ao procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais, materializado em contrato firmado entre a CMB e a União, por intermédio da RFB. Entretanto, devido à falta de previsibilidade no ressarcimento de tais valores, a Administração reconheceu perda estimada com a recompra de Selos Físicos no valor integral previsto no contrato.

5.8 – OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
ACORDO DE LENIÊNCIA (a)	507.461	482.716
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL (b)	2.104	1.953
TOTAL	509.565	484.669

(a) Acordo de Leniência

O saldo de R\$ 507.461 mil se refere ao Acordo de Leniência firmado pela Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União com as empresas SICPA e CEPTIS, atualizado pela taxa Selic, conforme explicitado na Nota 28.1 – ACORDO DE LENIÊNCIA.

(b) Notas do Tesouro Nacional

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e suas alterações) e do Decreto nº 9.292 de 23 de fevereiro de 2018, que estabelece as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

6.1 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.078	5.190
TOTAL	5.078	5.190

Os valores referentes ao adiantamento de férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que determina o pagamento até dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LÍQUIDOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	18.210	9.255
Ativo Não Circulante Bruto	900.589	890.669
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(40.159)	(40.159)
Subtotal - ANC	860.430	850.510
Perdas Estimadas com COFINS e PIS s/ insumos - ANC	(770.265)	(743.112)
Subtotal - ANC	90.165	107.398
TOTAL	108.375	116.653

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174	15.174

IPI A RECUPERAR - ANC (b)	1.986	2.003
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	770.265	743.113
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	4.512	4.238
IR E CSLL - SALDO NEGATIVO - Crédito Tributário - ANC (d)	65.860	83.075
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	12.885	4.559
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret. de Órgãos Públicos - AC (f)	475	426
COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	47.304	47.304
OUTROS TRIBUTOS - AC	338	32
TOTAL	918.799	899.924

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	18.210	9.255
Ativo Não Circulante	900.589	890.669
TOTAL	918.799	899.924

PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174)	(15.174)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(1.986)	(1.986)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(770.265)	(743.112)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999)	(22.999)
TOTAL	(810.424)	(783.271)

(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR

O valor de R\$ 15.174 mil registrado no Ativo Não Circulante se refere a créditos apurados sobre energia elétrica destinada à industrialização que, segundo revisão dos procedimentos e diagnósticos fiscais dos saldos tributários, elaborada por consultores independentes, não possuem perspectiva de realização, pois não há disposição legal expressa ou documentação apta a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB.

Considerando-se que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a “Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar” na integralidade do saldo apurado.

(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, em sua escrita fiscal, decorrentes da compensação com os débitos nas saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

O saldo de IPI a Recuperar no valor de R\$ 1.986 mil no Ativo Não Circulante, não possui perspectiva de realização, isto, porque existem precedentes administrativos e/ou judiciais contra o procedimento adotado pela CMB, e não há documentação apta a suportá-lo ou este é

divergente aos valores encontrados. O fato residiu na tomada de crédito sobre Insumos para Passaporte, pois tal atividade é considerada prestação de serviço.

Considerando-se que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a “Perda Estimada com IPI a Recuperar” na integralidade do saldo apurado.

(c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS

O montante de R\$ 770.265 mil, registrado na rubrica “COFINS e PIS a Recuperar”, é proveniente da apuração pelo regime não-cumulativo de créditos na aquisição de matéria-prima e na contratação de serviços utilizados para a fabricação de produtos e prestação de serviços que, em razão da exclusividade legal (art. 2º caput e § 1º da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973), gozam de isenção tributária (art. 11 da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973) na venda.

Ao final do 2º trimestre de 2021, a Administração tomou conhecimento da queda da liminar que permitia a CMB manter-se no regime de não cumulatividade. O assunto foi tratado pela Gestão da Empresa, conforme explicitado na Nota 28.2 - PIS e COFINS – Indeferimento de Tutela Antecipada.

Registra-se que, após avaliação interna da controvérsia, e considerando as incertezas na recuperabilidade dos créditos apurados na aquisição de insumos apontadas em pareceres jurídicos e em orientação dos auditores, foi constituída perda estimada sobre a integralidade do valor a recuperar.

(d) IR E CSLL – A RECUPERAR E SALDO NEGATIVO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A Casa da Moeda do Brasil, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o não circulante dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição. Desta forma, a rubrica “IR e CSLL a recuperar” mantida no Ativo Circulante refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios favoráveis emitidos.

Os valores de R\$ 4.512 mil a Recuperar e R\$ 65.860 mil do Saldo Negativo com Imposto de Renda e Contribuição Social são referentes, respectivamente, a créditos tributários acumulados sobre os saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ) anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic, concomitante com a recuperação tributária de R\$ 21.100 mil de IR e R\$ 4.522 mil de CSLL.

(e) IRRF A COMPENSAR – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica refere-se ao valor de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as Aplicações Financeiras, detalhadas na Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa, item (a) Aplicações

Financeiras. O aumento na retenção se deve em consequência ao aumento na rentabilidade das aplicações.

(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A rubrica está baseada na IN RFB nº 1234/2012, que obriga os órgãos públicos a proceder as retenções na fonte sobre os pagamentos que efetuarem. A compensação se deve em função da isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o Banco Central do Brasil (BCB), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), conforme disposto no art. 11 da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, e pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

As retenções na rubrica estão baseadas na IN RFB nº 1234/2012, que obriga os órgãos públicos a proceder as retenções na fonte sobre os pagamentos que efetuarem. A compensação se deve em função da isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade, conforme explicitado na “NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR”, item (f) “IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS”.

O saldo credor de R\$ 47.304 mil decorre do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: BCB, ECT, SRFB, DPF e MRE, na liquidação de suas respectivas faturas, atualizados pela SELIC.

Considerando que houve pedidos realizados fora do prazo legal, foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 22.999 mil. Esses valores ainda estão em discussão administrativa, mantendo-se o processo de cobrança em curso.

NOTA 8 – ESTOQUES

ESTOQUES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
PRODUTOS ACABADOS	89.338	116.261
PRODUTOS EM PROCESSO	20.891	15.906
MATÉRIA-PRIMA	196.520	149.380
ALMOXARIFADO	30.916	28.012
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	69	401
(-) PERDA ESTIM P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO	(29.248)	(30.672)
TOTAL	308.487	279.288

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

A rubrica de Produtos Acabados apresentou a redução de R\$ 26.923 mil ao do exercício anterior, decorrente principalmente da redução do estoque de cédulas, entregues em 2022, e da redução do estoque do semiacabado do passaporte, bem como do selo fiscal de cigarro.

A rubrica de Produtos em Processo apresentou aumento em virtude do início das ordens de produção para atendimento das demandas do exercício de 2023.

A variação na rubrica de Matéria-Prima é explicada pelo aumento das aquisições de insumos para atender as demandas de 2023.

NOTA 9 – ATIVO CONTINGENTE

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado de decisões judiciais e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Assim, os ativos classificados como praticamente certo em que exista possibilidade de recuperação, estão reconhecidos em Outros Valores a Receber, conforme Nota 5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER, (b). Já os créditos classificados como praticamente certo, mas que não há capacidade de recuperação confirmada e os classificados como provável ocorrência, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados conforme a seguir:

(a) Praticamente Certo – Capacidade de Recuperação não Confirmada

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CÍVEL	36.093	24.629
TOTAL	36.093	24.929

(b) Provável Ocorrência

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CÍVEL	652.230	654.609
TRIBUTÁRIO	114.064	263.072
TOTAL	766.294	917.681

O montante acima é composto, principalmente, pela (i) cobrança junto à União Federal sobre a Desvinculação de Receita da União – DRU, em razão da Emenda Constitucional nº 93/2016, o qual reteve valores retroativos (R\$ 597.359 mil); e (ii) recuperação de créditos tributários (R\$ 114.064 mil).

NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

10.1 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	135	135
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132	132
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65	65
POLIPLAST	53	53
COPENOR	48	48
ENGEX SA	26	26
BETA SA	11	11
TOTAL	470	470

Os valores elencados acima representam investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ). As ações estão custodiadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

Considerando a baixa expectativa de recuperação desses valores, constitui-se perda estimada para a integralidade do saldo dos ativos conforme demonstrado abaixo:

PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2022	31/12/2021
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(470)	(470)
TOTAL	(470)	(470)

NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

11.1 – IMOBILIZADO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e das Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável, assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

A seguir, apresenta-se o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

ITENS	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2022			31/12/2021
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.145.547	(714.484)	431.063	460.511
INSTALAÇÕES	151.932	(142.171)	9.761	5.864
EDIFÍCIOS	124.655	(100.787)	23.868	25.519
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	28.850	(24.513)	4.337	4.931
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	46.974	(46.532)	442	2.723
VEÍCULOS	1.767	(1.709)	58	127
TERRENOS	3.884	-	3.884	3.884
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	1.445	-	1.445	378
OBRAS EM ANDAMENTO (c)	-	-	-	5.215
PROJETOS EM ANDAMENTO (c)	314	-	314	314
IMPORTACOES EM ANDAMENTO (c)	12.698	-	12.698	13.242
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (b)	(18.453)	-	(18.453)	(21.173)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.499.613	(1.030.196)	469.417	501.535
TOTAL	1.145.547	(714.484)	431.063	460.511

A seguir, apresenta-se a depreciação acumulada e as perdas para redução ao valor de recuperação distribuídas por natureza de bens registrados no Imobilizado:

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	460.511	-	-	(34.475)	5.027	431.063
INSTALAÇÕES	5.864	-	-	(1.526)	5.423	9.761
EDIFÍCIOS	25.519	-	-	(1.651)	-	23.868
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.931	-	-	(1.251)	657	4.337
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	2.723	-	-	(2.290)	9	442
VEÍCULOS	127	-	-	(69)	-	58
TERRENOS	3.884	-	-	-	-	3.884
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	378	2.799	-	-	(1.732)	1.445
OBRAS EM ANDAMENTO (c)	5.215	205	-	-	(5.420)	-
PROJETOS EM ANDAMENTO (c)	314	-	-	-	-	314
IMPORTACOES EM ANDAMENTO (c)	13.242	3.420	-	-	(3.964)	12.698
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (b)	(21.173)	-	2.720	-	-	(18.453)
TOTAL	501.535	6.424	2.720	(41.262)	-	469.417

(a) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são: Edifícios 25 anos; Máquinas e Equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Móveis e Utensílios 10 anos; Computadores e Periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

A Depreciação/Amortização, calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 43.496 mil. Já a Depreciação/Amortização, calculada segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil, foi de R\$ 63.948 mil.

A diferença de R\$ 20.451 mil entre a depreciação fiscal e econômica, conforme quadro abaixo, é ajustada por exclusão na base de cálculo de apuração do Lucro Real do Período.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	63.948	67.901
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(43.496)	(47.172)
DIFERENÇA DE DEPRECIÇÃO	20.452	20.729

O valor total no exercício de 2022 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, impactou os custos fabris em R\$ 34.231 mil e as despesas administrativas em R\$ 9.265 mil.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (*Impairment*)

A companhia avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera caixa, geração essa que é em grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos

riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC).

Após a realização do Teste de Impairment, a empresa constatou que não houve necessidade de constituição de perda estimada.

O que ocorreu foi a necessidade de reversão de parte da perda constituída em 2021, relativa ao valor residual de numeradores NBX das máquinas numeropaks do DECED, no valor de R\$ 2.721 mil. Tal fato se deu em razão da retirada desses numeradores das respectivas máquinas, com o intuito de constituir reserva técnica para eventual conserto de outras máquinas.

(c) Imobilizações em andamento

A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em Andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, estará pronto para uso e será alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

A conta “Imobilizações em Andamento”, encerrou o exercício de 2022, com o saldo de R\$ 1.445 mil, sendo oportuno mencionar que o montante de R\$ 924 mil se refere à aquisição de um Comparador de Vídeo Espectral, contrato 1206/2022, da empresa Equipatec. Esse valor será transferido para a conta “Máquinas e Equipamentos” após o aceite da área técnica.

A conta “Obras em Andamento”, encerrou o exercício de 2022, com o saldo zerado, pois todos os bens foram ativados em 2022.

A conta “Imobilizações de Projetos em Andamento”, encerrou o exercício de 2022 com o saldo de R\$ 314 mil, referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.

A conta “Imobilização de Importações em Andamento” encerrou o exercício de 2022 com saldo de R\$ 12.697 mil, no qual desse montante, o valor de R\$ 9.355 se refere à Equipamento de Personalização Automática de Cartão, da fornecedora Muhlbauer. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após aceite da área técnica.

11.2 – INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
INTANGÍVEL	52.497	51.205
SOFTWARE	52.497	51.205
(-) AMORTIZAÇÃO	(48.790)	(46.555)
TOTAL	3.707	4.650

Custo de Aquisição	Software
Saldo em 31/12/2021	51.205
Aquisições	1.302
- Imobilizações em Andamento	1.302
- Importações em Andamento	-
- Obras em Andamento	-
- Projetos em Andamento	-
Baixas	(10)
Amortizações	(48.790)
Perda por redução ao valor de recuperação	-
Saldo em 31/12/2022	3.707

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição.

O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(a) Amortização

O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização total calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 48.790 mil.

O valor total da amortização apurada no exercício de 2022, utilizando-se o método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica, foi de R\$ 2.235 mil, todo ele referente a despesas administrativas.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (*Impairment*)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1, alínea (b).

NOTA 12 – CONTAS A PAGAR

12.1 –FORNECEDORES

A tabela abaixo segrega o valor de fornecedores.

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
NACIONAIS (a)	108.665	93.872
EXTERIOR (b)	76.926	32.002
TOTAL	185.591	125.874

(a) Nacionais

FORNECEDORES NACIONAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
Sicpa Brasil Industria de Tintas e Sistemas Ltda	65.751	65.751
Blendpaper Security Papeis Especiais S.A / Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	30.267	19.073
Caberj Integral Saude SA	3.068	-
Outros Fornecedores	9.579	9.048
TOTAL	108.665	93.872

Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis.

O montante registrado para a empresa Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda. refere-se a uma nota fiscal relativa às leituras do sistema de controle de cigarros emitida em 2019 e que é objeto de disputa judicial.

O aumento de R\$ 14.793 mil, decorre, principalmente, da compra de papéis destinados a impressão de Cédulas nacionais, no montante de R\$ 11.194 mil, e do pagamento de R\$ 3.068 mil pela prestação de serviço de assistência médica aos empregados com vencimento em janeiro de 2023.

(b) Exterior

FORNECEDORES EXTERIOR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
HID Global CID SAS	56.237	21.072
Leonhard Kurz Stiftung & Co. Kg.	4.059	-
Compañía Europea de Cospeles S.A.	4.803	-
SURYS	4.089	-
KBA Notasys	3.732	4.274
Muhlbauer do Brasil Sistemas Seguros de Identificação - Ltda	2.708	5.030
Outros	1.298	1.626
TOTAL	76.926	32.002

Nesta rubrica são registrados principalmente insumos adquiridos no exterior para a confecção de passaportes e a impressão de meio circulante. O aumento no saldo da conta refere-se a variação de R\$ 35.165 mil na compra de papeis resinados e filigranado para passaporte da empresa HID Global CID SAS; R\$ 4.059 mil da banda holográfica da empresa Leonhard Kurz Stiftung & Co. Kg.; R\$ 4.803 mil de discos eletrorrevestidos e discos de aço inoxidável da empresa Compañía Europea de Cospeles S.A. e R\$ 4.089 mil de laminados de segurança pela

empresa SURYS; concomitante com a redução de R\$ 2.322 mil referente a compra de kits de Desenvolvimento de Software da empresa Muhlbauer do Brasil Sistemas Seguros de Identificação - Ltda.

12.2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Outras Obrigações”.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV - PC	739	5.832
OUTRAS CONTAS A PAGAR - PC	2.408	1.811
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA - PC	1.838	1.859
OUTRAS CONTAS A PAGAR - PNC	889	4.931
TOTAL	5.874	14.433

OUTRAS OBRIGAÇÕES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	4.985	9.502
Passivo Não Circulante	889	4.931
TOTAL	5.874	14.433

A redução de R\$ 5.093 mil da rubrica Outras Obrigações – PDV, no Passivo Circulante, contempla a liquidação de parcelas do PDV referente ao plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017, PDV-2019 e uma parcela do PDV-2022, enquanto o saldo de R\$ 889 mil da rubrica Outras Contas a Pagar, no Passivo Não Circulante, se refere a constituição de parcelas do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2022 e seu respectivo cálculo atuarial, conforme explicitado na Nota 25.

NOTA 13 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
PESSOAL A PAGAR	97	165
INSS A RECOLHER	8.070	7.342
FGTS A RECOLHER	2.974	2.687
IRRF - EMPREGADOS	8.420	6.515
SESI E SENAI A RECOLHER	692	590
TOTAL	20.253	17.299

O valor de R\$ 20.253 mil corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus encargos.

A variação de R\$ 2.954 mil se refere, principalmente, à IRRF de empregados sobre 13º salário e férias.

(b) Férias, 13º Salário e Encargos Sociais

FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
FÉRIAS E 13º SALÁRIO A PAGAR	33.847	34.000
ENCARGOS SOCIAIS	12.818	12.884
TOTAL	46.665	46.884

As Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos Sociais, no valor de R\$ 46.665 mil, foram apuradas pelo Departamento de Gestão de Pessoas - DEGEP com base no número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

NOTA 14 – DIVIDENDOS A PAGAR, REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES E PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO**(a) Dividendos a pagar à UNIÃO**

DIVIDENDOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
DIVIDENDOS A PAGAR	5.546	7.178
TOTAL	5.546	7.178

A apresentação da proposta de retenção da destinação de Dividendos à União, relativos ao exercício de 2022, atende às disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e suas alterações. A variação decorre do reconhecimento dos dividendos a serem distribuídos sobre o resultado de 2022, concomitante com a liquidação dos dividendos declarados em períodos anteriores.

(b) Remuneração Variável Anual dos Dirigentes

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES	823	411
TOTAL	823	411

Seguindo orientação da SEST, a Diretoria Executiva aprovou o Programa de Remuneração Variável Anual - RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2022 e deu ciência ao Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil – CMB em 17/12/2021. A variação se deve à constituição da parcela de 2022.

(c) Participações dos Empregados no Lucro

PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	6.857	5.471
TOTAL	6.857	5.471

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil - CMB, conforme disposto na Lei n.º 6.404/76, de 15/12/1976, aprovou em reunião realizada no dia 29/10/2021, o Programa de Participação dos Empregados no Lucro para o exercício de 2022. Os valores foram apurados em observância à Resolução CCE n.º 10, de 30/05/1995, em seu artigo 2º, parágrafo único.

Do montante de R\$ 6.857 mil, a parcela de R\$ 1.386 mil refere-se à participação dos empregados no lucro de 2022. O saldo restante é composto pela parcela relativa aos exercícios de 2021 (R\$ 1.795 mil), não pagos em virtude da necessidade de celebração de acordo com a categoria, e de 2016 (R\$ 3.676 mil), em atenção à deliberação da Assembleia Geral pela constituição de reserva de lucros a realizar em razão do impacto financeiro da suspensão da obrigatoriedade do Sicobe (Ato Declaratório Executivo da RFB n.º 75/2016) e das retenções retroativas a janeiro de 2016 de 30% das receitas de taxas previstas na Emenda Constitucional 93/2016 (DRU).

NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	123	101
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ÓRGÃOS PÚBLICOS - PC (b)	2.233	2.013
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.054	1.054
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	9.034	8.507
IPI A RECOLHER - PC (d)	926	926
IPI A RECOLHER - PNC (d)	5.492	5.169
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	157	73
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	15	32
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.814	1.809
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.714	1.715
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373	373
IMPOSTO IMPORTAÇÃO A RECOLHER - PC (h)	3.154	3.223
TOTAL	26.089	24.995

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	11.563	11.319
Passivo Não Circulante	14.526	13.676
TOTAL	26.089	24.995

(a) INSS - Fornecedores de Serviços

A rubrica apresenta os valores retidos de INSS sobre a prestação de Serviços, conforme Instrução Normativa RFB n.º 971/2009, em seu art.112, que cita que a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.

(b) Tributos Federais Retidos por Órgão Público

A rubrica apresenta os valores retidos segundo o art. 2º da Instrução Normativa da RFB 1.234/2012, determinando que ficam obrigadas as empresas públicas a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

(c) ICMS a Recolher

O saldo de R\$ 1.054 mil do Passivo Circulante se refere aos valores apurados em razão dos efeitos da MP 902/2019 e depositados judicialmente. Já o saldo de R\$ 9.034 mil corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(d) IPI a Recolher

O saldo de R\$ 926 mil do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores apurados em razão dos efeitos da MP 902/2019 e depositados judicialmente. Já o saldo de R\$ 5.492 mil corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(e) ICMS – Diferencial de Alíquota a Recolher

A rubrica apresenta os valores apurados de ICMS – DIFAL regidos pelo Decreto 27.427/2000 – RICMSRJ, Emenda Constitucional 87/15 e convênios. Os valores se referem à aquisição de bens de consumo que não permitem o aproveitamento de créditos.

(f) ISS Retido de Terceiros e ISS sobre Movimento Econômico

A rubrica apresenta os valores retidos de ISS de Terceiros conforme art. 1º da Lei Complementar 116/2003. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, além do Decreto Lei nº 28.248/2007 e da Resolução 3072/2019 do Município do Rio de Janeiro.

O valor de R\$ 1.814 mil de ISS sobre Movimento Econômico foi apurado nos termos da Lei Complementar nº116/2003. Destaca-se que o valor de R\$ 1.767 mil está depositado judicialmente em processo que debate os efeitos da MP 902/2019.

(g) COFINS e PASEP a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme artigo 3º, II da Lei 10.833/2003 e artigo nº 172 § 1º, II da IN RFB nº 1.911/2019. Cabe ressaltar que os saldos de R\$ 1.714 mil e R\$ 373 mil de COFINS e PIS, respectivamente, foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

(h) Imposto de Importação a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Decreto-Lei Nº 37/1966 que regulamenta o imposto de importação que tem como fato gerador a entrada de mercadorias

estrangeiras no território nacional. Cabe ressaltar que o saldo de R\$ 3.154 mil foi depositado judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	23.352	30.225
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	7.940	10.277
Adições / Exclusões	31/12/2022	31/12/2021
Provisão/Reversão Teste de <i>Impairment</i>	(2.720)	11.823
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	233.617	6.725
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.878)	13.503
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(5)	(99)
Provisões/Reversões p/Empregado Cedidos	759	-
Participação do Lucro Diretoria	411	411
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	(18.990)	-
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	(15.248)	(8.008)
Dividendos Recebidos	(237)	(131)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(225.667)	(266.286)
Acordo de Leniência	(54.173)	(697.070)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	151	(111)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(20.452)	(20.729)
Multas não Dedutíveis	35	6
Provisão Estimada p/ Crédito de Impostos	27.152	724.557
Provisão/Reversão Estimada p/ Perda de Estoques	(1.425)	(7.071)
Provisão/Reversão de Passivos de ICMS/IPI	850	85
Auxílio Moradia	21	24
TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(86.799)	(242.371)
BASE DE CÁLCULO LALUR	(63.447)	(212.146)
Imposto de Renda e Contribuição Social	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%

No encerramento de 2022, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais, principalmente em função da exclusão das receitas monopolizadas da base de cálculo do IRPJ, a qual possui especial previsão legal no art. 2º, § 2º da Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, que só se aplica as estatais.

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
SRF - PORTARIA 480 (a)	52.951	120.187
SRF - SELO FÍSICO (b)	4.510	4.510
EXPORTAÇÕES (c)	411	-
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA. (d)	6.025	6.025
DIVERSOS CLIENTES (e)	5.245	1.870
TOTAL	69.142	132.592

(a) SRF - Portaria 480

A Portaria 480 disciplina sobre os procedimentos, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

A redução de R\$ 67.236 mil se refere à conciliação dos recebimentos oriundos do período de dezembro de 2020 a junho de 2022. O saldo de R\$ 52.951 mil se refere, principalmente, a valores recebidos referente ao 3º trimestre de 2022, ainda em fase de cotejamento com o relatório extraído da Receita Federal do Brasil.

(b) SRF – SELOS FÍSICOS

O valor de R\$ 4.510 mil refere-se ao recebimento dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

(c) EXPORTAÇÕES

O valor de R\$ 411 mil refere-se ao adiantamento de clientes para produção de impressos de segurança.

(d) Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor de R\$ 6.025 mil refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis, referente ao contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela.

(e) Diversos Clientes

O valor de R\$ 5.245 mil refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha pendentes de conciliação. A variação se deve, principalmente, pelas vendas das moedas comemorativas relativas ao bicentenário da independência do Brasil.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
SICOBÉ - CUSTOS - PNC (a)	119.688	119.688
ENVASADORES - CUSTOS - PNC (b)	18.118	18.118
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (c)	45.500	45.500
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (d)	48.399	126.508
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PNC (d)	58.914	68.056
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (e)	22.625	16.786
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PNC (e)	-	33.471
TOTAL	313.244	428.127

PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	71.024	143.294
Passivo Não Circulante	242.220	284.833
TOTAL	313.244	428.127

(a) Sicobe - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - Sicobe. Saliencia-se que, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos envasadores.

(b) Envasadores - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas – Sicobe no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas (setembro de 2013 a dezembro de 2014). Tal como no caso precedente, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos Envasadores.

(c) Scorprios - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - Scorprios. Tal como na operação do Sicobe, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos envasadores.

(d) Parceria Pharos - Custos

A rubrica refere-se aos montantes a serem reembolsados à parceira. Após a conclusão do processo de conciliação da Parceria PHAROS do período de setembro de 2018 a junho de 2022, foram revertidos o montante de R\$ 100.844 mil, sendo R\$ 26.244 mil do Passivo Circulante e R\$ 74.600 mil do Passivo Não Circulante.

Adicionalmente, para o período de julho a dezembro de 2022, foi mantido o provisionamento com base no limite máximo de ressarcimento à parceira, conforme estipulado na Matriz de Custo Pré-Aprovada – MCPA vinculada ao contrato de parceria.

(e) Parceria Pharos – Resultado

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. O saldo de R\$ 22.625 mil, do Passivo Circulante, corresponde à estimativa de resultados no exercício de 2022, considerando as receitas previstas e os custos estipulados na MCPA.

Salienta-se que, após a conclusão do processo de conciliação da Parceria PHAROS relativo ao período de setembro de 2018 a junho de 2022, foram revertidos o montante de R\$ 24.986 mil.

NOTA 19 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

19.1 – PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS - PROVÁVEIS

As provisões para condenações trabalhistas, cíveis e tributárias foram constituídas conforme avaliação do Departamento Jurídico da CMB que indicou, na data do balanço, a expectativa de desembolso considerando as diretrizes do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e normativo interno, conforme explicitado na Nota 28.3 - CONTINGÊNCIAS.

A alteração do normativo é a principal razão para o incremento de R\$ 233.617 mil nas provisões constituídas em razão de prováveis desembolsos em processos judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias, conforme a seguir:

PASSIVOS PROVÁVEIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
TRABALHISTAS	155.299	36.332
CÍVEIS	121.704	13.772
TRIBUTÁRIAS	8.745	2.027
TOTAL	285.748	52.131

Tratando das causas trabalhistas, a variação na provisão decorre da inclusão de ações em fase de execução na justiça federal para as quais foram efetuadas estimativas confiáveis das obrigações, bem como a revisão da classificação de ações envolvendo promoção de empregados e horas extras.

Nos processos cíveis, as alterações na provisão decorrem do reconhecimento do provável desembolso em favor do prestador de serviços de rastreabilidade até 2018, em processos envolvendo as repercussões da DRU e a atualização de sistemas, e do fornecedor do plano de saúde dos empregados em discussões envolvendo o índice de sinistralidade.

Por fim, nas lides tributárias, o incremento de provisão decorre da atualização monetária de condenação ao pagamento de ISS ao município do Rio de Janeiro sobre a receita da produção de bilhetes magnetizados.

19.2 – PASSIVOS CONTINGENTES

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis é composto por processos em que a avaliação do Departamento Jurídico indica que a probabilidade de perda inferior à provável e superior à remota, dispensando a constituição de provisão, e por processos que não possuem elementos seguros que permitam concluir o seu resultado.

CONTINGENTES POSSÍVEIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
TRABALHISTAS	246.924	71.535
CÍVEIS	1.250	41.951
TRIBUTÁRIAS	280.151	-
TOTAL	528.325	113.486

Tratando das causas trabalhistas, a variação do saldo decorre da inclusão da ação de reintegração de 212 empregados desligados em 2018 e a reclassificação para provável de ações em fase de execução.

Nos processos cíveis, a redução no valor estimado decorre da reclassificação dos processos para provável nos casos envolvendo a atualização do sistema de rastreabilidade pelo prestador de serviços contratado até 2018 e as discussões envolvendo o índice de sinistralidade do plano de saúde dos empregados.

Por fim, nas lides tributárias, o montante indicado no quadro acima, envolve a possibilidade de pagamento de ISS para o município do Rio de Janeiro sobre atividades de prestação de serviços que não envolvam os serviços públicos delegados, uma vez que estes não estão protegidos pela imunidade tributária recíproca. No entanto, mesmo para essas atividades, ainda há discussão que remonta a 2002, e demanda a individualização da base de cálculo dos serviços não exclusivos prestados pela CMB por exercício, e de outros que, por diversas razões jurídicas ainda não resolvidas em definitivo no Judiciário, poderá afastar a incidência de ISS, sendo certo que hoje, não há informações seguras que permitam estimar a condenação de forma confiável, utilizando-se como parâmetro o valor da causa atualizado.

NOTA 20 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Depósitos Judiciais”, com sua respectiva segregação.

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	17.425	15.873
RECURSAL - EMBARGOS (b)	30.854	21.530
JUDICIAL - CÍVEL (c)	18.057	18.454
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (d)	8.991	8.991
TOTAL	75.327	64.848

(a) Depósito Judicial - Recursal Trabalhista

O saldo de R\$ 17.425 mil refere-se a depósitos recursais efetuados pela CMB, visando viabilizar recursos impetrados.

(b) Depósito Recursal - Embargos

O saldo de R\$ 30.854 mil refere-se a valores correspondentes à integralidade da condenação da CMB em ações trabalhistas a fim de viabilizar apresentação de recurso de embargos à execução.

(c) Depósito Judicial - Cível

O saldo de R\$ 18.057 mil refere-se aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera cível.

(d) Depósito Judicial - Tributário

O saldo de R\$ 8.991 mil refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB ajuizou ação em face do Estado do RJ, processo 5013693-93.2020.4.02.5101 (7ª VFRJ), com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação aos tributos estaduais incidentes nas suas atividades-fim, especialmente o ICMS sobre selos fiscais no período de vigência da MP 902/2019.

No aludido processo a CMB realizou os depósitos judiciais pertinentes ao ICMS do período em referência (março a junho), obtendo assim a antecipação dos efeitos da tutela para suspender a exigibilidade dos débitos de ICMS elencados no processo, e para que o Estado do Rio de Janeiro se abstenha de negar a expedição de certidão de regularidade fiscal com fundamento nesses débitos até o trânsito em julgado. Posteriormente, o Juízo da 7ª VFRJ reconheceu a sua incompetência absoluta para processar e julgar a causa em favor do STF, sendo o processo remetido para o mencionado Tribunal, e distribuído para a 1ª Turma, sob a nomenclatura de ação civil originária – ACO nº 3536. Em 18/08/2022 foi proferido acórdão julgando procedente o pedido da CMB, no sentido de reconhecer a inexistência de relação jurídico-tributária para a impressão e o fornecimento de selos fiscais federais durante o período de vigência da Medida Provisória nº 902/2019; em 05/10/2022 houve o trânsito em julgado. As medidas para levantamento dos valores estão em curso.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A Diretoria Executiva, em observância ao disposto no Inciso VIII do art. 12 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício, nos seguintes termos:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
LUCO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.352	30.225
RESERVA LEGAL CONSTITUÍDA	1.168	1.511
BASE DE CÁLCULO PARA OS DIVIDENDOS	22.184	28.714
DIVIDENDOS A PAGAR	5.546	7.178
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	16.638	21.536

21.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CAPITAL SOCIAL	1.360.678	1.360.678
RESERVA LEGAL	21.256	20.088
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	230.249	213.611
RESERVA ESPECIAL	-	14.292
SUPERÁVIT ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	19.201	377
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	-
TOTAL	1.631.384	1.609.046

A variação de R\$ 14.292 em Reserva Especial se refere à transferência para o Passivo Circulante – Dividendos a Pagar – e sua consequente liquidação. Além disso, há a variação de R\$ 1.167 mil na Reserva Legal e R\$ 16.638 mil na Reserva para Investimento, conforme explicitado na NOTA “21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO”. No que tange o Superávit Atuarial de Previdência Privada, há variação de R\$ 18.824 mil conforme detalhamento na NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA.

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

22.1 - RECEITA LÍQUIDA

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (a)	710.786	789.422
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (b)	188.161	105.162
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (c)	303.647	152.699
SERVIÇOS A FATURAR (d)	144.946	133.357
OUTRAS VENDAS (e)	183	169

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
FATURAMENTO BRUTO	1.347.723	1.180.809
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (f)	(9.988)	(24.769)
RECEITA LÍQUIDA	1.337.735	1.156.040

(a) Produtos - Mercado Interno

Nesta rubrica são apresentados, basicamente, os valores relativos à venda de cédulas, moedas, medalhas e selos postais e fiscais para o mercado nacional. A redução de R\$ 78.636 mil tem, como principais fundamentos, a redução da venda de produtos de exclusividade, que englobam o meio circulante.

(b) Produtos - Mercado Externo

Nesta rubrica são apresentados os faturamentos de cédulas para o exterior. O aumento de R\$ 82.899 mil refere-se à elevação do volume de exportação no exercício.

(c) Serviços - Mercado Interno

Nesta rubrica são apresentados valores de serviços de emissão de passaportes, impressão de carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais. O aumento de R\$ 150.948 mil refere-se, principalmente, ao aumento de R\$ 133.329 mil de passaportes, 17.123 referentes a lacres de urnas do sistema eleitoral e R\$ 496 mil da venda de outros serviços para o mercado interno.

(d) Serviços a Faturar

Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade do sistema SCORPIOS, o qual registrou um aumento de R\$ 11.589 mil.

(e) Outras Vendas

Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas etc.

(f) Deduções Sobre as Vendas

Nesta rubrica são apresentados os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 14.781 mil refere-se, principalmente, a notas fiscais de devolução, em 2021, de exportação em decorrência de problemas no embarque das mercadorias.

22.2 – CUSTO DE PRODUÇÃO

CUSTOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	864.832	807.002
TOTAL	864.832	807.002

Nesta rubrica são apresentados os custos decorrentes da fabricação de produtos vendidos e serviços prestados no período. O aumento percentual dos custos inferior à variação da receita decorre da redução de R\$ 75.858 mil (R\$ 64.792 mil relativos ao período de 2018 a 2021 e R\$11.066 mil relativos ao primeiro semestre de 2022) advinda da reversão da provisão de custos da atividade de controle e rastreabilidade da produção de cigarros, realizada por meio da Parceria Pharos, que, entre o último trimestre de 2018 e o primeiro semestre de 2022, teve a execução efetiva inferior ao montante provisionado com base no custo máximo contratual estipulado na Matriz de Custo Pré-Aprovado – MCPA no contrato da Parceria.

22.3 – DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
PESSOAL (a)	241.092	194.896
MATERIAIS (b)	17.393	15.329
SERVIÇOS (c)	47.106	43.290
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (d)	9.265	10.938
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (e)	30.342	726.519
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) (f)	218.160	(653.005)
TOTAL	563.358	337.967

(a) Pessoal

A variação líquida de R\$ 46.196 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto em Salários e Encargos por conta do Acordo Coletivo de Trabalho assinado ao final de 2021, sendo R\$ 15.747 mil com Salários; R\$ 14.336 mil com INSS e FGTS; R\$ 11.348 mil com Adicionais; R\$ 5.990 mil com horas extras; R\$ 4.820 mil com Sentenças Judiciais; R\$ 4.463 mil com Transporte de Empregados; R\$ 3.278 mil com Anuênio e Quinquênio; R\$ 2.279 mil com Gratificação por Função; 3.317 mil com Assistência Médica e Odontológica; R\$ 2.244 com Refeições de Empregados; R\$ 16.820 com Complementação e Déficit Previdenciário; R\$ 1.099 mil com Seguros de Vida e Auxílios e R\$ 668 mil em outras despesas; concomitante com a redução de R\$ 3.568 mil com Provisões de Férias, 13º Salário e Encargos. Dessa variação, houve aumento de R\$ 36.645 mil de apropriação de Despesa ao Custo.

(b) Materiais

A variação líquida de R\$ 2.064 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto de R\$ 1.145 mil com Despesa de Matéria Prima; R\$ 6.398 mil com Manutenção de Bens Móveis e a redução de outras despesas com materiais de R\$ 96 mil; aliado ao aumento R\$ 5.383 mil com apropriação de Despesa ao Custo.

(c) Serviços

A variação líquida de R\$ 3.816 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto de R\$ 2.551 mil de Tecnologia da Informação; R\$ 1.276 mil de Consultorias e Assessoria Especializadas; R\$

1.148 mil de Honorários Advocáticos; R\$ 1.123 mil de Manutenção de Equipamentos; R\$ 958 mil de Manutenção de Bens Imóveis; R\$ 763 mil de Passagens e Hospedagens Nacionais e Internacionais; R\$ 524 mil de Limpeza e Conservação; aliado às reduções de R\$ 1.753 mil de Água. Dessa variação, houve aumento de R\$ 2.774 mil de apropriação de Despesa ao Custo.

(d) Depreciação e Amortização

A variação líquida de R\$ 1.673 mil refere-se, principalmente, à redução total de R\$ 1.809 mil de Máquinas e Equipamentos; R\$ 1.206 mil de Computadores e Periféricos; R\$ 570 mil de Instalações; R\$ 203 mil de Móveis e Instalações; concomitante com o aumento de R\$ 131 mil de amortização de Software. Dessa variação, houve redução de R\$ 1.984 mil de apropriação de Despesa ao Custo.

(e) Despesas Tributárias

A variação líquida de R\$ 696.177 mil refere-se, principalmente, a variação de R\$ 697.404 mil de Perdas Estimadas em Créditos Tributários sobre insumos em 2021, conforme explicitado na Nota 7 - Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar (c). Devido à impossibilidade sistêmica de rastreamento dos créditos em toda a cadeia produtiva, embora o reconhecimento de tais perdas tenha relação direta com o custo de produção, o valor foi totalmente reconhecido em despesas tributárias do período.

(f) Outras Despesas (Receitas)

A variação líquida de R\$ 871.165 mil refere-se, principalmente, à falta do faturamento em 2022 do Acordo de Leniência, no montante de R\$ 680.641 mil; ao aumento em Outras Despesas de R\$ 4.835 mil com despesas comerciais; R\$ 2.405 mil com indenizações de PDV; R\$ 226.892 mil com provisões trabalhistas, cíveis e tributárias; R\$ 12.873 mil com provisão de perda com estoques; concomitante com o aumento na variação de Outras Receitas de R\$ 24.381 mil com perda estimada com crédito de liquidação duvidosa; R\$ 18.990 mil com crédito decorrente de ações judiciais; R\$ 14.544 mil com impairment e R\$ 1.434 com demais receitas, conforme quadro:

OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS COMERCIAIS	13.050	8.215
INDENIZACOES PROG. DEMISSAO VOLUNTARIA (PDV)	2.405	-
PROVISÕES TRABALHISTAS, CIVEIS E TRIBUTÁRIAS	233.617	6.725
CONSTITUIÇÃO / (REVERSÃO) - PECLD	(10.878)	13.503
CONSTITUIÇÃO/(REVERSÃO) DE PROVISÃO DE PERDA COM ESTOQUE	5.802	(7.071)
PROVISÃO / (REVERSÃO) COM IMPAIRMENT	(2.721)	11.823
CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS	(18.990)	-
ACORDO DE LENIÊNCIA	-	(680.641)

OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
OUTRAS	(4.126)	(5.559)
TOTAL	218.159	(653.005)
VARIAÇÃO LÍQUIDA		871.164

22.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS FINANCEIRAS	156.812	43.625
DESPESAS FINANCEIRAS	(43.005)	(24.471)
TOTAL	113.807	19.154

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB, como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias SELIC e atualizações cambiais. O aumento de R\$ 94.653 mil refere-se, basicamente, ao aumento de R\$ 53.082 mil do rendimento de aplicação financeira, R\$ 37.743 mil da contabilização da atualização monetária do Acordo de Leniência; R\$ 4.105 mil da variação cambial e atualização monetária; R\$ 6.303 mil de atualização monetária de Dividendos pagos à União; concomitante com a redução de R\$ 4.767 mil de Juros Déficit Atuarial; R\$ 1.480 mil de Despesas e Serviços Bancários e R\$ 333 mil de outras despesas.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os fatos registrados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido resumem-se às disposições disciplinadas pela Resolução CGPAR/ME nº 32/2022 e ao cumprimento das previsões da lei nº 6.404/1976 envolvendo a constituição da Reserva Legal (Art. 193), a destinação de parte do Lucro como dividendos (Art. 202) e a constituição da Reserva de Investimento (Art. 189, Parágrafo Único) no encerramento do exercício de 2022. No exercício de 2022 houve a variação de R\$ 14.292 mil em Reserva Especial de Dividendos Não Distribuídos devido à transferência para o Passivo Circulante (Dividendos a Pagar) e sua consequente liquidação. Além disso, há a variação de R\$ 18.324 mil referente a previdência privada, conforme detalhado na Nota 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA e R\$ 23.352 mil do Lucro Líquido do período, sendo distribuído, conforme Nota 21.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original, com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica. O reconhecimento

destes benefícios se dá na forma disposta no Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

No que se refere ao plano de saúde a favor de seus empregados, registra-se a que a CMB contrata um prestador sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego elaborada por atuário independente e apresentada na NOTA 25 - OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA.

NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar àquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001).

Menciona-se que, em 2017, 2019 e 2022, foram ofertados três Planos de Desligamento Voluntário (PDV), com o objetivo de incentivar a adequação do quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada.

O PDV 2022 foi destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendiam aos requisitos definidos no seu regulamento, na data de referência de 30/11/2022, e teve como público-alvo o limite de 227 empregados com remunerações iguais ou superiores a R\$ 13.500, cujos desligamentos ocorreram em 2022 para aqueles que optaram pelo programa. Os incentivos foram:

- Indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios, sendo considerado para o referido cálculo os depósitos efetuados até o mês anterior ao da rescisão.
- Indenização equivalente ao valor referente ao aviso prévio proporcional (mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações), dependendo do tempo de empresa do empregado (conforme Lei nº 12.506/2011).
- A oferta de plano de saúde para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) pelo período de até 36 (trinta e seis) meses, e dependentes pelo período de 18 (dezoito) meses, mediante coparticipação mensal no valor de 20% do valor das mensalidades praticadas no plano básico, conforme condições estabelecidas no regulamento. Para os empregados que tenham condições de adesão ao artigo 31 da Lei nº 9656/98, foi facultada a opção de reembolso de 80% das mensalidades praticadas no Plano Básico nos mesmos prazos citados. As diferenças de valores decorrentes de Planos Superiores são de integral custeio do ex-empregado.

- Possibilidade de, no momento da adesão, substituir o plano de saúde oferecido por indenização pecuniária parcelada, por até 30 (trinta) meses, para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) e nas condições estabelecidas no regulamento do PDV.

Para a estimativa das obrigações com benefícios a empregados, a CMB conta com o auxílio de atuários independentes. Conforme trabalhos executados por esses consultores, as obrigações relativas aos benefícios acima mencionados encontram-se assim representadas no Balanço Patrimonial:

PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO - CONSOLIDADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO ATUARIAL CIRCULANTE – PDV (OUTRAS OBRIGAÇÕES)	1.628	10.763
SUBTOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.628	10.763
PASSIVO ATUARIAL NÃO CIRCULANTE - PBDC	37.301	47.795
PASSIVO ATUARIAL NÃO CIRCULANTE - MOEDAPREV	2.197	927
SUBTOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	39.498	48.722
TOTAL	41.126	59.485

(a) Previdência Complementar

Em observância à legislação, os recursos dos fundos de pensão são constituídos por contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas.

A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PDBC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes.

A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Conseqüentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

Em síntese, os programas de benefícios previdenciários oferecem os seguintes benefícios previdenciários:

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	
PBDC	MOEDAPREV
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO (OU CONTRIBUIÇÃO)	APOSENTADORIA PROGRAMADA
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR VELHICE (IDADE)	
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL	
BENEFÍCIO DE PENSÃO	BENEFÍCIO DE PENSÃO
BENEFÍCIO DE ABONO ANUAL	BENEFÍCIO DE ABONO ANUAL
SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA	SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, utilizou-se o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pro rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Para os cálculos atuariais, foram utilizadas as seguintes hipóteses técnicas e financeiras:

ITEM	PREMISSA
DURATION DO PLANO BD	7,85 anos
TAXA REAL DE DESCONTO BD	6,10%aa
DURATION PLANO CV	8,23 anos
TAXA REAL DE DESCONTO CV	6,10%aa
DURATION PDV	1,30 anos
TAXA REAL DE DESCONTO PDV	6,43%aa
INFLAÇÃO PROJETADA	5,31%
CRESCIMENTO SALARIAL	1,17%aa
ROTATIVIDADE	Nula
TÁBUA SOBREVIVÊNCIA	AT-83
ENTRADA EM INVALIDEZ	Álvaro Vindas D30
MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	Winklevoss D40
FATOR DE CAPACIDADE	0,98
VÍNCULO FUTURO	70% casados homem 4 anos mais velho

Em 31/12/2022, o valor presente das obrigações da CMB com os dois programas pós-emprego era de R\$ 325.455 mil. Por sua vez, os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 243.34 mil revelando, assim, um Valor

Presente das Obrigações Atuariais (VPOA) deficitário de R\$ 82.111 mil que, após o compartilhamento de riscos, informa o déficit de R\$ 39.948 mil, conforme a seguir:

ITEM	(EM R\$ MIL)		
	Plano PBDC	MoedaPrev	Total
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (VPOA)	(253.270)	(72.185)	(325.455)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS GARANTIDORES EM 31/12/2022	173.356	69.988	243.344
ESTADO DE EQUILÍBRIO DOS PROGRAMAS EM 31/12/2022	(79.914)	(2.197)	(82.111)
RISK SHARING	42.614	-	42.614
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT A SER RECONHECIDO AO FINAL DO EXERCÍCIO	(37.301)	(2.197)	(39.498)

Destaca-se que no Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2022 já considera as contribuições extraordinárias aprovadas para o equacionamento do déficit apontado após a migração entre os planos PBDC, que representam o valor presente de R\$ 59.658 mil, conforme a seguir:

ITEM	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2021
VPOA BRUTO	(312.929)	(334.347)
(-) VALOR PRESENTE DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS FUTURAS APROVADAS PELA CIFRÃO	59.658	56.166
VPOA LÍQUIDO	(253.270)	(278.180)

Adicionalmente, registra-se o entendimento de que, além da redução do VPOA mencionada, deve ser aplicado ainda o compartilhamento de riscos sobre o déficit apurado no exercício, tendo em vista que eventuais insuficiências de patrimônio de cobertura serão custadas em estrita observância ao princípio da paridade contributiva. Assim, foi aplicada a proporção de contribuições normais entre participantes e patrocinadora, sendo 53% o percentual relativo aos participantes.

Comparativamente ao exercício de 2021, nota-se uma redução no valor dos passivos do Plano PBDC que pode ser explicado pelo aumento na taxa de juros calculada, que utiliza como base os índices da NTN-B.

As movimentações no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBDC podem ser sintetizadas conforme o quadro abaixo:

ITEM	(EM R\$ MIL)		
	31/12/2021	31/12/2022	Projeção 31/12/2023
OBRIGAÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	337.258	278.180	253.270
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	110	196	70
JUROS SOBRE A OBRIGAÇÃO ATUARIAL	20.684	27.296	28.849

ITEM	(EM R\$ MIL)		
	31/12/2021	31/12/2022	Projeção 31/12/2023
(GANHOS)/PERDAS ATUARIAIS	(52.141)	(23.819)	-
(-) BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(27.730)	(28.583)	(15.202)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	278.180	253.270	266.987
VALOR JUSTO DOS ATIVOS FINANCEIROS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	153.889	176.709	173.356
RENTABILIDADE LÍQUIDA ESPERADA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	9.403	17.599	20.135
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS	2.435	2.475	2.637
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES	-	5.055	5.385
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS PARTICIPANTES	2.735	2.827	3.012
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PATROCINADORA	3.760	5.353	5.703
(-) BENEFÍCIOS PAGOS	(27.730)	(28.583)	(15.202)
GANHOS/(PERDAS) NOS ATIVOS FINANCEIROS	32.217	(8.080)	-
ATIVOS FINANCEIROS NO FINAL DO EXERCÍCIO	176.709	173.356	195.027
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO	(101.471)	(79.914)	(71.961)
RISK SHARING (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	53.676	42.614	38.372
PASSIVO AO FINAL DO EXERCÍCIO	(47.795)	(37.301)	(33.588)

Ao final do exercício o PBDC apresenta a seguinte perfil de participantes ativos, aposentados e pensionistas:

ITEM	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nº EMPREGADOS	19	23	447	486	122	123
IDADE MÉDIA	59,16	59	70,27	70,23	70,80	73,08
TEMPO MÉDIO DE EMPRESA (EM ANOS)	34,58	33,30	-	-	-	-
SALÁRIO MÉDIO (ATIVOS) / BENEFÍCIO MÉDIO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) – em R\$	13.048,48	11.223,12	3.337,49	3.047,93	2.179,67	2.110,91

Em 2022, a carteira do PBDC apresentou o seguinte comportamento:

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	VALORES (EM R\$ MIL)	%
ATIVO TOTAL	196.888	113,57%
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(5.434)	-3,13%
FUNDO ADMINISTRATIVO	(4.172)	-2,41%
FUNDO PARA GARANTIA DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	(815)	-0,47%
MARCAÇÃO À MERCADO	(13.111)	-7,56%
ATIVO LÍQUIDO - PROJEÇÃO DEZ/22	173.356	100%

Considerando as avaliações atuariais apresentadas por consultoria contratada pela CMB, as projeções de custo, rentabilidade esperada e resultado projetados para o PBDC em 2023 são:

(EM R\$ MIL)	
31/12/2023	
CUSTO DOS JUROS	
JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	29.716
(-) REDUÇÃO NOS JUROS POR PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	(867)
JUROS LÍQUIDOS SOBRE AS OBRIGAÇÕES CALCULADAS	28.849

(EM R\$ MIL)	
31/12/2023	
RENTABILIDADE ESPERADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	
RENTABILIDADE ESPERADA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	20.339
RENTABILIDADE ESPERADA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORES	663
(-) PERDA DE RENTABILIDADE E COM PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS	(867)
RENTABILIDADE LÍQUIDA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	20.135

(EM R\$ MIL)	
31/12/2023	
DESPESA/(RECEITA) PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	70
CUSTO LÍQUIDO DE JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	28.848
(-) CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DE PARTICIPANTES	(3.012)
(-) RENTABILIDADE LÍQUIDA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	(20.135)
TOTAL DA DESPESA/(RECEITA) A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	5.771

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes:

(EM R\$ MIL)	
31/12/2022	
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	
SALDO ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	2.723
TOTAL DOS (GANHOS)/PERDAS APURADOS NO ANO (B) = (C) + (D)	(15.740)
(GANHO)/PERDA NO VALOR DAS OBRIGAÇÕES (C)	(23.819)
(GANHO)/PERDA NOS ATIVOS FINANCEIROS (D)	8.079
SOMA (E) = (A) + (B)	(13.017)
SALDO ORA AO FINAL DO EXERCÍCIO (A) + (B)	(13.017)

A composição de Composição dos (Ganhos)/Perdas do exercício, encontra-se a seguir resumida:

(EM R\$ MIL)	
31/12/2022	
COMPOSIÇÃO DOS (GANHOS)/PERDAS DO EXERCÍCIO	
AUMENTO DA TAXA DE DESCONTO	(22.644)

		(EM R\$ MIL)
COMPOSIÇÃO DOS (GANHOS)/PERDAS DO EXERCÍCIO		31/12/2022
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA		(1.175)
(GANHO)/PERDA AO FINAL DO EXERCÍCIO		(23.819)

De todas as apurações atuariais, o passivo ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

		(EM R\$ MIL)
RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO		31/12/2022
PASSIVO ATUARIAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)		47.795
(GANHO)/PERDA A SER RECONHECIDO EM ORA (B)		(15.740)
DESPESA/(RECEITA) RECONHECIDA EM DRE (C) = (D) + (E) + (F) + (G) + (H)		13.073
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (D)		196
CUSTO LÍQUIDO DE JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS (E)		27.296
(-) CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES (F)		(2.827)
(-) RENTABILIDADE PROJETADA PARA OS ATIVOS FINANCEIROS (G)		(17.599)
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS		6.008
(-) CONTRIBUIÇÃO PATROCINADOR (I)		(7.827)
PASSIVO AO FINAL DO EXERCÍCIO (J) = (A) + (B) + (C) + (I)		37.301

Conforme atuários contratados, a sensibilidade da taxa de desconto sobre o valor das obrigações calculadas é a exposta na tabela abaixo:

TAXA	TOTAL DA OBRIGAÇÃO (EM R\$ MIL)	VARIAÇÃO %
REAL	253.270	-
AUMENTO (1%)	234.328	-7,48%
REDUÇÃO (1%)	275.228	8,67%

Por fim, a sensibilidade do crescimento salarial sobre o valor das obrigações calculadas é a seguinte:

TAXA	TOTAL DA OBRIGAÇÃO (EM R\$ MIL)	VARIAÇÃO %
REAL	253.270	-
AUMENTO (1%)	253.402	0,05%
REDUÇÃO (1%)	253.138	-0,05%

Para o plano MoedaPrev, o déficit de R\$ 2.197 mil apurado no exercício de 2022 se refere majoritariamente à perda financeira apurada no período, no montante de R\$ 4.884 mil, à perda provocada pelo aumento da população de assistidos no valor de R\$ 2.641 mil e ao ganho devido à elevação da taxa de juros, no total de R\$ 6.756 mil.

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E ATIVOS FINANCEIROS	(EM R\$ MIL)		
	31/12/2021	31/12/2022	PROJEÇÃO 31/12/2023
OBRIGAÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	76.227	72.384	72.185
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	939	902	810
JUROS SOBRE A OBRIGAÇÃO ATUARIAL	3.282	7.132	8.243
(GANHOS)/PERDAS ATUARIAIS	38	(3.914)	-
(-) BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(8.102)	(4.319)	(3.946)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	72.384	72.185	77.292
VALOR JUSTO DOS ATIVOS FINANCEIROS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	172.451	71.457	69.987
RENTABILIDADE LÍQUIDA ESPERADA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	7.536	7.038	8.073
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS (*)	-	695	741
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS PARTICIPANTES	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PATROCINADORA (*)	-	-	-
(-) BENEFÍCIOS PAGOS	(8.102)	(4.319)	(3.946)
GANHOS/(PERDAS) NOS ATIVOS FINANCEIROS	(100.428)	(4.883)	-
ATIVOS FINANCEIROS NO FINAL DO EXERCÍCIO	71.457	69.988	74.855
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO	(927)	(2.197)	(2.437)
(-) ASSET CEILING (REGRA IAS)	-	-	-
PASSIVO AO FINAL DO EXERCÍCIO	(927)	(2.197)	(2.437)

Ao final do exercício, o MoedaPrev apresenta o seguinte perfil de participantes ativos, aposentados e pensionistas:

ITEM	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nº EMPREGADOS	616	621	313	315	151	153
IDADE MÉDIA	46,11	45,12	70,19	69,4	66,79	67,67
TEMPO MÉDIO DE EMPRESA (EM ANOS)	6,43	5,54	-	-	-	-
SALÁRIO MÉDIO (ATIVOS) / BENEFÍCIO MÉDIO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS)	12.532,11	11.226,20	2.435,38	2.524,24	2.043,24	1.947,68

Em 2022, a carteira do MoedaPrev apresentou o seguinte comportamento:

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS MARCADOS À MERCADO	(EM R\$ MIL)
	PROJEÇÃO 31/12/2022
ATIVO TOTAL	260.325
EXIGÍVEL OPERACIONAL (-)	(615)
FUNDO DE RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS (-)	(4.821)
FUNDO ADMINISTRATIVO (-)	(2.384)
FUNDO PARA GARANTIA DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (-)	(703)

SALDOS DE CONTA (-)	(173.184)
MARCAÇÃO À MERCADO	(8.630)
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	69.988

Considerando as avaliações atuariais apresentadas por consultoria contratada pela CMB, as projeções de custo, rentabilidade esperada e resultado projetados para o MoedaPrev em 2023 são:

	(EM R\$ MIL)
PROJEÇÃO DOS JUROS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31/12/2023
JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.469
(-) REDUÇÃO NOS JUROS POR PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	(225)
JUROS LÍQUIDOS SOBRE AS OBRIGAÇÕES CALCULADAS	8.244

	(EM R\$ MIL)
RENTABILIDADE ESPERADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31/12/2023
RENTABILIDADE ESPERADA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	8.211
RENTABILIDADE ESPERADA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORES	87
(-) PERDA DE RENTABILIDADE COM PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS	(225)
RENTABILIDADE LÍQUIDA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	8.073

	(EM R\$ MIL)
DESPESA/(RECEITA) PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31/12/2023
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	810
CUSTO LÍQUIDO DE JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	8.243
(-) CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DE PARTICIPANTES	-
(-) RENTABILIDADE LÍQUIDA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	(8.073)
TOTAL DA DESPESA/(RECEITA) A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	980

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes:

	(EM R\$ MIL)
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2022
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.242
TOTAL DOS (GANHOS)/PERDAS APURADOS NO ANO (B) = (C) + (D)	970
(GANHO)/PERDA NO VALOR DAS OBRIGAÇÕES (C)	(3.914)
(GANHO)/PERDA NOS ATIVOS FINANCEIROS (D)	4.884
LIMITE DE RECONHECIMENTO DO ATIVO DO PLANO (ASSET CEILING)	-
SALDO DE ORA AO FINAL DO EXERCÍCIO	5.212

A composição de Composição dos (Ganhos)/Perdas do exercício, encontra-se a seguir resumida:

	(EM R\$ MIL)
COMPOSIÇÃO DOS (GANHOS)/PERDAS DO EXERCÍCIO	IMPACTO
AUMENTO DA TAXA DE DESCONTO	(6.756)
PERDA NOS ATIVOS FINANCEIROS DO PLANO	4.884
MOVIMENTAÇÃO DE INATIVOS	2.641
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA	200
(GANHO)/PERDA AO FINAL DO EXERCÍCIO	969

De todas as apurações atuariais, o passivo ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

	(EM R\$ MIL)
RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO	31/12/2022
PASSIVO ATUARIAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	927
(GANHO)/PERDA A SER RECONHECIDO EM ORA (B)	969
DESPESA/(RECEITA) JÁ RECONHECIDA EM DRE (C) = (D) + (E) + (F) + (G)	996
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (D)	902
CUSTO LÍQUIDO DE JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS (E)	7.132
(-) CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DE PARTICIPANTES (F)	-
(-) RENTABILIDADE PROJETADA PARA OS ATIVOS FINANCEIROS (G)	(7.038)
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PARA BENEFÍCIOS DE RISCO (H)	(695)
PASSIVO AO FINAL DO EXERCÍCIO (H) = (A) + (B) + (C) + (H)	2.197

Sensibilidade da taxa de desconto sobre o valor das obrigações calculadas:

TAXA	TOTAL DA OBRIGAÇÃO (EM R\$ MIL)	VARIAÇÃO %
REAL	72.185	-
AUMENTO (1%)	67.728	-6,17%
REDUÇÃO (1%)	80.227	11,14%

(b) Plano de Desligamento Voluntário – PDV

Empregados em atividade:

FAIXA ETÁRIA	Nº BENEFICIÁRIOS	IDADE MÉDIA (EM ANOS)	TEMPO MÉDIO PARA EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO DO PLANO MÉDICO (R\$)
TOTAL 2021	424	60,07	0,92	638,15
TOTAL 2022	78	62,74	0,73	889,85

- Plano de Demissão Voluntária – PDV

A variação nas obrigações com os Planos de Demissão Voluntária da CMB decorre da liquidação das obrigações informadas na Nota Explicativa 12.2 e às variações atuariais apuradas pelos atuários independentes contratado, conforme síntese a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E ATIVOS FINANCEIROS	(EM R\$ MIL)		
	31/12/2021	31/12/2022	PROJEÇÃO 31/12/2023
OBRIGAÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	18.400	10.763	1.628
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	0	0	0
JUROS LÍQUIDOS SOBRE A OBRIGAÇÃO ATUARIAL	444	944	(17)
(GANHOS)/PERDAS ATUARIAIS	(4.835)	(4.053)	0
(-) BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(3.247)	(6.025)	(1.126)
OBRIGAÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	10.763	1.628	485
ATIVOS FINANCEIROS NO FINAL DO EXERCÍCIO	0	0	0
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO	(10.763)	(1.628)	(485)

- Projeção de custo e receita para o próximo exercício:

ITEM	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	29.716
(-) REDUÇÃO NOS JUROS POR PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	(867)
JUROS LÍQUIDOS SOBRE AS OBRIGAÇÕES CALCULADAS	28.849

As projeções de custo, rentabilidade esperada e resultado projetados para o PDV em 2023 são:

PROJEÇÃO DOS JUROS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	196
(-) REDUÇÃO NOS JUROS POR PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	(213)
JUROS LÍQUIDOS SOBRE AS OBRIGAÇÕES CALCULADAS	(17)

DESPESA/(RECEITA) PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-
CUSTO LÍQUIDO DE JUROS SOBRE AS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	(17)
(-) CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DE PARTICIPANTES	-
(-) RENTABILIDADE LÍQUIDA SOBRE OS ATIVOS FINANCEIROS	-
TOTAL DA DESPESA/(RECEITA) A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	(17)

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes:

	(EM R\$ MIL)
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2022
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(7.343)
TOTAL DOS (GANHOS)/PERDAS APURADOS NO ANO (A) + (B)	(4.053)
(GANHO)/PERDA NO VALOR DAS OBRIGAÇÕES (A)	(4.053)
(GANHO)/PERDA NOS ATIVOS FINANCEIROS (B)	-
SALDO DE ORA AO FINAL DO EXERCÍCIO	(11.396)

De todas as apurações atuariais, o passivo ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

	(EM R\$ MIL)
RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO	31/12/2022
PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	10.762
(GANHO)/PERDA A SER RECONHECIDO EM ORA	(4.053)
DESPESA/(RECEITA) JÁ RECONHECIDA EM DRE	944
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-
JUROS SOBRE A OBRIGAÇÃO ATUARIAL	944
(-) BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(6.025)
PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.628

A composição de Composição dos (Ganhos)/Perdas do exercício, encontra-se a seguir resumida:

	(EM R\$ MIL)
COMPOSIÇÃO DOS (GANHOS)/PERDAS DO EXERCÍCIO	IMPACTO
Aumento da taxa de desconto	(4)
Ajustes de experiência	(4.049)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(4.053)

A sensibilidade da taxa de desconto sobre o valor das obrigações calculadas é exposta na tabela abaixo:

TAXA	TOTAL DA OBRIGAÇÃO (EM R\$ MIL)	VARIAÇÃO %
REAL	1.628	-
AUMENTO (1%)	1.621	0%
REDUÇÃO (1%)	1.625	0%

De todas as apurações efetuadas, o impacto em Outros Resultados Abrangentes no exercício de 2022 encontra-se sintetizado no quadro a seguir:

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - CONSOLIDADO	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2022
SALDO INICIAL	377
PBDC	15.740
MOEDAPREV	(969)
PDV	4.053
TOTAL	19.201

NOTA 26 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) e com base no relatório atuarial da ASSISTANTS, o saldo de R\$ 19.200 mil foi demonstrado na NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA referente ao Quadro de Movimentação de Outros Resultados Abrangentes e calculado de acordo com os itens 56 a 60 – Reconhecimento e Mensuração – do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Deliberação CVM Nº 110 de 20 de maio de 2022.

NOTA 27 – CONTRATO DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

RAMO	(EM R\$ MIL)
	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÕES
INCÊNDIO INCLUSIVE DECORRENTE DE TUMULTOS, QUEDA DE RAIOS, EXPLOSÃO DE QUALQUER NATUREZA E IMPLOÇÃO	700.000
DANOS ELÉTRICOS	50.000
DERRAME D'ÁGUA LÍQUIDA DE SPRINKLERS	40.000
RC GERAL - OPERAÇÕES	9.700
RC - VEÍCULOS TERRESTRES DE TERCEIROS	300
AUTOMÓVEL (CASCO)	Tabela FIPE 100%
VIDA EM GRUPO	300

NOTA 28 – FATO RELEVANTE

28.1 – ACORDO DE LENIÊNCIA

A Casa da Moeda figura como beneficiária do Acordo de Leniência, celebrado entre a União Federal e as empresas CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. e SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., firmado no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.003728/2016-79, conduzido da Controladoria-Geral da União (CGU).

Nos termos do Acordo, foram destinados R\$ 680.640 mil à CMB, sendo R\$ 188.948 mil recebidos em 2021, mediante a compensação de créditos (R\$ 52.343 mil) e a recuperação de depósitos judiciais efetuados no processo judicial nº 5051577-93.2019.4.02.5101 (R\$ 136.604 mil), e o

saldo parcelado em 20 anos com correção pela Taxa Selic, tendo sua primeira parcela liquidada em 24/06/2022.

Mais informações sobre o acordo podem ser obtidas diretamente [na página eletrônica da CGU](#).

28.2 – PIS e COFINS – Indeferimento de tutela antecipada

Em 08 de junho de 2021, a 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal indeferiu o pedido antecipação de tutela, formulado pela CMB no processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, que, em síntese, buscava garantir a manutenção do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração das contribuições PIS/PASEP e COFINS. Contra essa decisão, interpôs-se o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, registrado sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000.

Sendo confirmada, em 16 de fevereiro de 2022, em sede de sentença, desfavorável à CMB, foram manejados os recursos processuais cabíveis, encontrando-se o processo atualmente pendente de julgamento da apelação. Desse modo, internamente a empresa empreende esforços para o cumprimento da decisão judicial.

É importante registrar que antes da prolação da sentença, a orientação foi no sentido da permanência da adoção do regime de incidência não-cumulativa para fins de apuração das Contribuições ao PIS/COFINS até decisão judicial final em sentido contrário.

A denegação da tutela demandou a revisão da estratégia jurídica até então construída, para permitir o ajuizamento de ações específicas visando ao reconhecimento dos créditos constituídos entre 2012 e o primeiro trimestre de 2021, por blocos de trimestres.

Releva destacar, contudo, que os créditos, objeto da controvérsia e registrados em nosso Balanço Patrimonial, foram validados por consultoria especializada que, além de reconhecer o direito à manutenção da empresa no regime não cumulativo de tributação das contribuições PIS/PASEP e COFINS, declaram a utilidade econômica desses valores que, conforme regramento tributário vigente à época da constituição, admitem tanto a restituição direta dos valores quanto a compensação com débitos de outras contribuições federais.

Assim, mesmo considerando a validade do montante registrado nas Demonstrações, conforme destacado acima, a complexidade do caso e a dificuldade de estimar-se a probabilidade de recuperabilidade dos valores, conforme apontamento da Auditoria Interna e parecer da Auditoria Independente, a Administração entendeu ser necessário constituir Perda Estimada de todos os valores ora constituídos, porém mantendo o regime de não-cumulatividade, até que se tenha uma decisão final das esferas competentes.

28.3 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no exercício de 2022, após análise interna da suficiência do critério utilizado para a classificação dos passivos judiciais, foi efetuada a revisão do normativo interno que orienta a atuação do

Departamento Jurídico, buscando, a partir das diretrizes do CPC 25, estabelecer maior precisão e segurança na determinação da natureza da contingência, bem como definir os critérios para a mensuração de possibilidades de perdas e estimativas de desembolso.

Ainda no escopo dos aprimoramentos, incorpora-se às estimativas de desembolso a atualização financeira dos processos, trazendo maior precisão à representação econômico-financeira da entidade na data do balanço.

Complementarmente, a norma ratifica o entendimento sobre ativos contingentes, onde não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

NOTA 29 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Casa da Moeda do Brasil mantém relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, nos termos definidos em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, no Pronunciamento Técnico nº 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata da Divulgação sobre Partes Relacionadas, e na Resolução CGPAR/ME nº 30, de 04 de agosto de 2022.

Essa política orienta que as decisões envolvendo Partes Relacionadas assegurem o atendimento dos interesses da Casa da Moeda do Brasil, com alinhamento às exigências legais e de melhores práticas de Governança Corporativa, atendimento aos requisitos de transparência e mitigando o risco de conflitos de interesses. Segundo a Política, são princípios de observância obrigatória:

- a) Competitividade: os preços e as condições dos serviços na contratação de partes relacionadas devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- b) Conformidade: os serviços prestados devem estar aderentes aos termos e responsabilidades contratuais praticados;
- c) Transparência: é imperativo que se dê a devida transparência aos contratos realizados com as partes relacionadas. As informações destas transações devem ser disponibilizadas às partes interessadas e não devem se restringir àquelas impostas por leis e regulamentos;
- d) Equidade: contratos entre CMB e o controlador ou partes relacionadas devem estar alinhados aos interesses de todos os sócios e demais partes interessadas;
- e) Comutatividade: as transações com partes relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes.

29.1 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

(a) Transações Envolvendo Entidades Vinculadas ou Controladas pela União

A seguir apresenta-se as entidades que mantém relacionamento com a CMB que são majoritariamente associados à operacionalização de políticas públicas:

		VALORES (EM R\$ MIL)
ENTIDADE	PRODUTO	FATURAMENTO 31/12/2022
Banco Central do Brasil	Fornecimento de Cédulas e Moedas do meio circulante	707.370
Departamento de Polícia Federal	Fabricação e personalização de cadernetas de passaportes brasileiros	250.698
Receita Federal do Brasil	Selos Fiscais	175.515
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Fornecimento de Selos Postais	947
TOTAL		1.134.530

As transações envolvem o seguintes produtos e serviços: fornecimento do meio circulante nacional, impressão do passaporte brasileiro, serviços de controle de produção de cigarros e impressão de selos postais.

Ressalte-se que, em 2022, a CMB cumpriu integralmente seus contratos, não tendo assumido obrigações ou responsabilidades em condições diversas as de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

(b) Banco do Brasil

Eventualmente a Casa da Moeda do Brasil contrata o Banco do Brasil, instituição financeira controlada pela União, para o atendimento de suas necessidades operacionais de administração financeira.

As contratações envolvem a aquisição de serviços financeiros em atenção à normatização aplicável às estatais, com destaque para a Resolução CMN nº 4.986/2022 que determina que a aplicação das disponibilidades deve ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

Os demais produtos e serviços, quando não destinados normativamente a Instituições Financeiras Estatais, são adquiridos mediante processo seletivo público para contratação.

29.2 – QUANTIDADE, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Quantidade de Empregados

O total de empregados, conselheiros e dirigentes segue detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
EMPREGADOS	1.884	1.927
LIVRE PROVIMENTO	5	7
CONSELHEIROS E DIRIGENTES	17	17
TOTAL	1.906	1.951

(b) Remuneração de Empregados

Para os empregados da empresa, a maior remuneração foi de R\$ 37,1 mil e a menor foi de R\$ 2,9 mil. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 11,1 mil. Tais remunerações desconsideram Presidente e Diretores.

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2022
MAIOR REMUNERAÇÃO	37,1
REMUNERAÇÃO MÉDIA	11,1
MENOR REMUNERAÇÃO	2,9

(c) Remuneração dos Dirigentes

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2022
MAIOR REMUNERAÇÃO	42,7
MENOR REMUNERAÇÃO	40,7

Para os dirigentes, nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R\$ 42,7 mil e a menor de R\$ 40,7 mil.

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R\$ 4,5 mil.

(d) Benefícios

O valor médio global dos benefícios oferecidos, considerando assistências médica e odontológica, auxílios alimentação e refeição, cesta básica, auxílio creche, auxílio transporte, previdência complementar e outros benefícios foi de R\$ 3.421 mil, conforme quadro:

BENEFÍCIOS	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2022
VALE ALIMENTAÇÃO	872
VALE REFEIÇÃO	54
RESTAURANTE	548

MEDICAMENTOS	45
PLANO DE SAUDE	1.842
SEGURO DE VIDA	60
TOTAL	3.421

29.3 – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

As transações com a CIFRÃO limitam-se àquelas relacionadas à gestão dos planos de benefícios e sua avaliação atuarial é realizada anualmente por consultoria especializada.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

HUGO CAVALCANTE**NOGUEIRA:73046191715**

Assinado de forma digital por

HUGO CAVALCANTE

NOGUEIRA:73046191715

Dados: 2023.03.16 19:34:10 -03'00'

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA

PRESIDENTE

CPF Nº 730.461.917-15



Documento assinado digitalmente

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA

Data: 16/03/2023 17:36:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

JEAN PEDRAZZA REICHE

Data: 16/03/2023 11:20:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA**

DIRETOR

DE INOVAÇÃO E MERCADO

CPF Nº 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE

DIRETOR

DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

CPF Nº 053.956.847-35

**LUIZ SERGIO
MADEIRO DA
COSTA:26999**

Assinado de forma digital por

LUIZ SERGIO MADEIRO DA

COSTA:26999

Dados: 2023.03.16 15:09:24

-03'00'

SERGIO

Assinado de forma

digital por SERGIO

PERINI

PERINI

RODRIGUES:7

RODRIGUES:795926357

49

9592635749

Dados: 2023.03.16

16:36:49 -03'00'

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA

DIRETOR

DE GESTÃO

CPF Nº 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES

DIRETOR

DE OPERAÇÕES

CPF Nº 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO**PONTES:1119917670****2**

Assinado de forma digital por

RAMON AGOSTINHO

PONTES:11199176702

Dados: 2023.03.13 15:24:06

-03'00'

RAMON AGOSTINHO PONTES

CONTADOR

CPF: 111.991.767-02

CRC – RJ118695/O-1



CASA DA MOEDA
DO BRASIL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

